

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Acomodações e reconstrução são desafios do governo Lula 3..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

MP de Bolsonaro libera R\$ 7,5 bilhões em crédito extraordinário para INSS..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Missão é por rico no IR e pobre no Orçamento ,afirma Haddad..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso derruba veto e retoma compensação para saúde e educação por queda do ICMS
..... 9

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Um plano para a retomada da indústria nacional (Artigo)..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem importações, Rússia depende do contrabando..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Perspectivas para a produtividade são negativas, diz FGV Ibre..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

O exemplo fiscal dos estados..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
ECONOMIA

Investir em saúde é fomentar a economia..... 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Aeronautas aprovam greve a partir de segunda-feira..... 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB de Minas cai 2,8%..... 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

PEC da Responsabilidade Orçamentária (Artigo)..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Após ataque "ao estilo 6 de Janeiro, PF reage como FBI - TODA MÍDIA..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO
ECONOMIA

Pandemia e guerra adiam fim da pobreza extrema, diz Banco Mundial em podcast - MUNDO
OUVIU
..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Campos Neto descarta novo mandato no BC sob Lula 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Presidente do BC lança alertas para Haddad 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Um balanço realista (Artigo) 31

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Lira mostra faca a Lula - BERNARDO MELLO FRANCO 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Campos Neto defende juros de longo prazo sem subsídios 33

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Aprovada PEC que permite a Estados descumprirem limite da LRF 34

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

PIB cai em 2023, com juros altos e inflação resistente (Editorial) 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

É importante 'pensar em trajetória de dívida', diz BC 37

Acomodações e reconstrução são desafios do governo Lula 3

Alexa Salomão, Idiana Tomazelli e Catia Seabra Brasília

O processo de seleção dos altos escalões na área de economia para o terceiro mandato do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tem sido desafiador para a futura gestão, que precisa pensar nos nomes enquanto analisa o desenho das novas pastas.

O empresário Josué Gomes, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), foi convidado por Lula para o novo MDIC (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), que será recriado.

Fortalecido, o ministério assumiria a Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), por exemplo. A nomeação representaria uma saída honrosa para Josué, que enfrenta forte oposição na federação (leia texto nesta página). O empresário pediu um tempo para se decidir.

Planejamento é uma prática estratégica que a gestão petista faz questão de recuperar, mas ainda permanece o impasse sobre o formato mais adequado para a reconstituição do ministério. Uma pasta única aglutinaria o controle do Orçamento, a gestão do patrimônio da União e a política de pessoal, incluindo a discussão da reforma do Estado, caso ocorra.

O órgão também tenderia a ficar com a responsabilidade de tocar o novo programa de investimentos, que deve ter um forte componente ambiental e atrair holofotes e recursos. A ideia é que seja uma espécie de Green New Deal (novo acordo verde), em alusão ao conceito difundido por uma ala do Partido Democrata nos Estados Unidos de usar projetos sustentáveis para estimular a economia.

Isso transformaria o novo Planejamento em um ministério poderoso, com potencial para fazer sombra sobre a Fazenda, algo que politicamente não interessa ao cenário de fortalecimento de Fernando Haddad como uma liderança no PT.

Por isso, ainda está em discussão uma possível divisão da pasta, para separar a atribuição de planejamento das funções mais conectadas ao dia a dia da máquina pública, como a gestão dos servidores.

Enquanto Lula não bate o martelo sobre o formato, alguns nomes já surgem como cotados, entre eles o economista Esther Dweck, que foi secretária de Orçamento da pasta no governo de Dilma Rousseff, o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) e o também senador eleito Camilo Santana (PT-CE). Os dois últimos são ex-governadores de seus respectivos estados.

O nome de Dias, porém, enfrenta resistências após a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gastança, que amplia o Orçamento do governo eleito, ter derrapado na largada sob sua gestão.

Já confirmado, o futuro ministro da Fazenda, Haddad, está em campo para formar seu secretariado. Dois dos cotados já foram confirmados, os economistas Gabriel Galípolo, que será o secretário-executivo, e Bernard Appy, que foi indicado secretário especial para a **reforma tributária**.

Na quarta (14), Haddad afirmou que até o final de semana confirma quem comandará a Secretaria do Tesouro Nacional e a **Receita Federal**, dois postos-chave na estrutura do órgão. O Tesouro é o órgão responsável pela gestão do caixa e da dívida pública, enquanto o Fisco é responsável pela arrecadação de **tributos** e pela fiscalização de contribuintes.

Um dos nomes ventilados para a Secretaria de Política Econômica, Marco Bonomo, professor de finanças e economia monetária no Insper, causou mal-estar na coalizão. Bonomo já defendeu publicamente que a ampliação do Orçamento, negociada via PEC, teria de ficar na casa dos R\$ 78 bilhões, sinalizando descompasso com o que vem sendo defendido pela equipe de Lula. A PEC em tramitação no Congresso autoriza um gasto extra de R\$ 168 bilhões.

Já confirmado para a presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante gostaria de ter os economistas Nelson Barbosa e Tereza Campello em sua diretoria. No entanto, ambos ainda podem ir para outros postos.

O economista Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Cofecon (Conselho Federal de Economia), também foi sondado para uma diretoria no banco de fomento e se mostrou aberto a conversas, mas ainda não

recebeu convite formal.

27

O economista Guilherme Mello é uma indicação dada como certa, mas o destino agora é nebuloso. Mello coordenou o programa econômico de Haddad quando disputou a Presidência em 2018. Sempre foi um nome cotado para Fazenda. Tem perfil para a Secretaria de Política Econômica. Na campanha de "2022, atuou com Mercadante na organização das propostas para o programa de governo do Lula 3. Também pode ser puxado para atuar no BNDES.

A seleção para a presidência dos dois outros bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil, entrou num impasse. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defende a indicação de mulheres, um pleito considerado pertinente uma vez que até agora a maioria dos nomes anunciados são homens. No entanto, a coalizão tem alegado dificuldades para encontrar mulheres para as vagas.

Outro desafio é acomodar interesses políticos.

A Petrobras permanece uma incógnita. O senador Jean Paul Prates (PT-RN) é um nome ventilado para a presidência, mas o centrão tem demonstrado interesse em influenciar as indicações. A aprovação em ritmo acelerado de mudanças na Lei das Estatais, na noite de terça (13), foi vista como um sinal de que os grupos políticos tentam garantir indicações para cargos públicos.

Voltou a disputa política pela indicação para o Ministério de Minas e Energia. Três caciques do MDB buscam ter a prerrogativa para indicar o titular da pasta: os senadores Eduardo Braga (AM), Jader Barbalho (PA) e Renan Calheiros (AL). O nome mais forte há algumas semanas é o senador eleito Renan Filho (AL).

O União Brasil também tem reivindicado a pasta. Foi ventilado o nome do líder do partido na Câmara, o deputado Elmar Nascimento (BA), uma sugestão muito mal recebida pelos técnicos do setor.

A indicação para a pasta de energia teria potencial para compensar a insatisfação da família de Renan com um eventual apoio do PT à reeleição de seu concorrente político, Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara.

No entanto, enquanto a PEC para na Câmara, o próprio Lira sinaliza que também gostaria de fazer indicações ministeriais. Circula a informação de que ele gostaria de indicar o ministro da Saúde.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

Quem é quem na equipe econômica de Lula

■ **Ministério da Fazenda** —————  Fernando Haddad

■ **Secretaria-Executiva** —————  Gabriel Galípolo

■ **Secretaria Especial para a Reforma Tributária** —————  Bernard Appy

■ **Secretaria de Política Econômica** ————— Cotado
 Marco Bonomo

■ **Outros possíveis integrantes**

Cotado



Guilherme Mello

Cotado



Marcos Cruz

Cotado



Bernardo Guimarães

■ **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão***

Cotado



André Lara Resende

Cotado



Wellington Dias

Cotada



Esther Dweck

■ **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** ————— Convidado
 Josué Gomes

■ **Presidente do BNDES** —————  Aloizio Mercadante

■ **Diretoria do BNDES**

Cotado



Nelson Barbosa

Cotada



Tereza Campello

Cotado



Antonio Corrêa de Lacerda

*Pode ser desmembrado

MP de Bolsonaro libera R\$ 7,5 bilhões em crédito extraordinário para INSS

Matheus Teixeira Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (PL) editou uma medida provisória nesta quinta (15) para liberar um crédito extraordinário de R\$ 7,5 bilhões a fim de pagar benefícios previdenciários.

A liberação ocorre depois de o governo ter feito uma consulta ao TCU (Tribunal de Contas da União) sobre até que ponto pode recorrer ao mecanismo para honrar compromissos em meio ao apagão orçamentário vivido pelo Executivo, cenário que chegou a afetar a fabricação de passaportes e bolsas de estudo.

A corte de contas, no entanto, foi genérica ao responder e disse apenas que é cabível a abertura de crédito extraordinário por meio de MP "desde que atendidas as condições de relevância, urgência e imprevisibilidade da despesa".

A medida assinada por Bolsonaro e publicada no Diário Oficial desta quinta-feira destina verba para dois tipos de despesa: cerca de R\$ 1,7 bilhão voltado à compensação previdenciária e os outros R\$5,7 bilhões para benefícios previdenciários.

O crédito extraordinário é um recurso fora do teto de gastos autorizado pela Constituição apenas em casos restritos.

A aceleração da concessão de benefícios do **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**) no segundo semestre já havia acendido o alerta no governo sobre uma possível Falta de verba para pagar as aposentadorias.

O governo acabou sem recursos suficientes dentro do teto de gastos (que impede as despesas federais de crescerem acima da **inflação**) e, por isso, pediu uma espécie de aval ao TCU para acionar os créditos extraordinários.

No tribunal havia preocupação de evitar uma espécie de triangulação dos recursos, tirando do teto parte da despesa do **INSS** e abrindo espaço para desbloquear gastos com as chamadas emendas de relator - instrumento asado como moeda de troca nas negociações políticas com o Congresso. A manobra seria passível de punição.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

27

Missão é por rico no IR e pobre no Orçamento ,afirma Haddad

Marcelo Osakabe De São Paulo

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, repetiu ontem que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deu a ele uma única tarefa: colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda.

"A primeira tarefa que Lula me deu quando fui ministro da Educação [2005-2012] foi colocar pobre na universidade, e após alguns anos, conseguimos.

Dessa vez, Lula me disse que o ministro da Fazenda tem uma única preocupação: colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda", disse Haddad, repetindo um bordão da campanha presidencial do PT deste ano.

Haddad participou ontem, junto com o presidente eleito e outros petistas, do tradicional Natal dos Catadores organizado pela Associação Nacional dos Catadores, em São Paulo. Lula participa há 19 anos do evento.

"Se conseguirmos cumprir como fizemos na educação, vamos ter um país mais justo. O que se espera da área econômica nesse governo é justiça social, e justiça social começa com vocês [catadores]", acrescentou o ex-prefeito de São Paulo.

Após o evento, o futuro ministro da Fazenda permaneceu na capital paulista para reuniões privadas e deveria voltar apenas hoje a Brasília. O petista corre para fechar os demais nomes da equipe econômica do próximo governo.

Até agora, foram confirmados os nomes de Gabriel Galípolo (Secretaria-Executiva), Aloizio Mercadante (BNDES) e Bernard Appy (Secretaria especial para a **Reforma Tributária**).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187410?page=1§ion=1>

Congresso derruba veto e retoma compensação para saúde e educação por queda do ICMS

Renato Machado *brasília*

O Congresso Nacional derrubou nesta quinta (15) mais vetos do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao projeto de lei que limita **impostos** estaduais sobre combustíveis, restabelecendo que a União terá que compensar estados e municípios para garantir que os mínimos constitucionais de saúde e educação não sejam atingidos pela queda na arrecadação.

Também está garantida a compensação para que o Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica, tenha as mesmas disponibilidades financeiras de antes da limitação dos **impostos**.

Os vetos foram derrubados em votação simbólica.

Bolsonaro sancionou em junho deste ano o projeto de lei complementar que fixou teto para as alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações. Articulada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), era a aposta para reduzir o preço dos combustíveis.

Com a nova lei, estados foram obrigados a fixar teto de 17% ou 18% nas alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte, itens essenciais.

Bolsonaro, no entanto, vetou o dispositivo que buscava garantir a recomposição de verbas para saúde e educação em caso de prejuízo a essas áreas devido à perda de arrecadação.

Um dos três dispositivos cujos vetos foram derrubados prevê que, se houver perda de arrecadação com a nova lei, a União deve compensar "os entes da Federação para que os mínimos constitucionais da saúde e da educação e o Fundeb tenham as mesmas disponibilidades financeiras na comparação com a situação em vigor antes desta lei complementar".

A derrubada dos vetos retomou a determinação de que estados e municípios mantenham a execução proporcional de gastos mínimos constitucionais em saúde e em educação. O outro dispositivo cujo veto foi derrubado prevê que essas vinculações

constitucionais serão mantidas por estados e municípios, na proporção das dívidas que mantêm com a União ou administradas pela Secretaria Nacional.

STF homologa acordo para dar ponto final a impasse sobre tributo

O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) homologou, por unanimidade, acordo que busca eliminar impasse entre estados, Distrito Federal e União acerca do ICMS sobre combustíveis, após lei federal sancionada em junho criar teto para o tributo, prejudicando as contas dos entes federativos.

Mas o acordo, que não considera a gasolina um item essencial, excluindo o teto do imposto para este combustível, pode elevar custos para os consumidores nos postos, caso estados venham a estabelecer alíquota maior do ICMS para recuperar perdas de receita. Pelo pacto, diesel, gás natural e gás de cozinha tiveram sua essencialidade mantida.

O acordo veio após lei sancionada por Jair Bolsonaro (PL) em meados do ano -diante de grandes mobilizações em busca de medidas para aliviar uma alta dos preços dos combustíveis- ter sido considerada inconstitucional por estados, que levaram o caso ao STF.

O texto da lei federal não chegou a fixar uma alíquota para o ICMS, mas limitou sua incidência a aproximados 17% ao carimbá-los como "essenciais".

Entre os pontos acertados entre as partes está a manutenção da essencialidade do diesel, do gás natural e do gás de cozinha (GLP), mas a gasolina ficou de fora, o que pode impactar por tabela o mercado de etanol hidratado, concorrente do combustível fóssil, que sempre teve vantagem tributária no ICMS, mas perdeu parte dela com a lei deste ano.

"Tendo em vista que, a alíquota média Brasil para o óleo diesel é na faixa de 15%, em tese, não deveria ocorrer elevação da carga tributária atual", disse a Raion Consultoria, em nota a clientes.

Por outro lado, o imposto sobre a gasolina deverá ficar mais livre e conseqüentemente favorecer o mercado de etanol.

"Como é homologação de um acordo, o próximo passo é aguardar o Convênio do Confaz para avaliarmos os possíveis impactos inerentes ao óleo diesel mediante as alterações na sua carga tributária do ICMS. Quanto à gasolina, até pela sua possível exclusão definitiva da lista de itens essenciais, espera-se aumento significativo de preços nas bombas em janeiro" disse a Raion.

O sócio coordenador da área de Tributário do Silveiro Advogados e professor da Universidade Federal do Ido Grande do Sul, Cassiano Menke, concorda que a tendência é que gasolina fique mais caro. "Por uma razão simples, porque a alíquota será maior", disse ele.

Os estados se comprometeram a publicar por meio do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) em até 30 dias convênio para estabelecer o ICMS uniforme nacional e monofásico, incidindo apenas uma vez, para o óleo diesel

Hoje, cada estado tem uma cobrança diferente e o imposto incide em diversas fases, da refinaria para a distribuidora, daí à revenda e dela ao consumidor. Para Menke, o convênio deve trazer "segurança jurídica em primeiro lugar, porque saberemos com clareza quanto vai se pagar em qualquer estado".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

27

Um plano para a retomada da indústria nacional (Artigo)

Robson Braga de Andrade

O setor produtivo está na expectativa das medidas que o novo governo vai adotar com vistas à recuperação da economia nacional. Com o objetivo de contribuir com este processo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou um Plano de Retomada da Indústria, no qual são apresentadas diversas propostas de ações capazes de reverter o acelerado processo de desindustrialização em curso no Brasil e de ampliar a inserção do País nas cadeias globais de valor. Partimos do pressuposto de que, sem políticas de fortalecimento da indústria, é praticamente impossível que ocorra um crescimento vigoroso e sustentável da economia. Além de objetivos estratégicos de longo prazo, o plano - que foi encaminhado ao gabinete de transição - inclui propostas para subsidiar as ações dos primeiros 100 dias na nova administração federal nesta área.

Uma das principais propostas diz respeito à necessidade premente de se suplantarem os vários problemas que tornam os produtos brasileiros mais caros do que os de nossos principais concorrentes e impedem que a indústria nacional seja mais competitiva. Destacam-se, entre eles, os obstáculos que elevam o custo Brasil, que, de acordo com estudo do Movimento Brasil Competitivo, consome R\$ 1,5 trilhão anualmente das empresas instaladas no País. Esse valor assombroso é resultado de diversos entraves, como sistema tributário complexo, oneroso e cumulativo; infraestrutura deficiente; financiamento escasso e caro; baixa qualidade da educação; ambiente macroeconômico instável; e insegurança jurídica.

Uma prioridade urgente é a aprovação de uma reforma da tributação sobre o consumo, nos moldes do que prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, em tramitação no Congresso Nacional, que contempla a eliminação da cumulatividade e a imediata recuperação dos créditos tributários. A consolidação da tributação indireta é imprescindível para corrigir as distorções do sistema tributário atual, que levam à perda de competitividade e de eficiência da indústria. Outra medida essencial é a recuperação da capacidade de investimento em infraestrutura nas áreas de transportes, energia, saneamento e telecomunicações, com o objetivo geral de propiciar reduções de custos para as empresas, no médio e no

longo prazos.

Para enfrentar o desafio de reindustrializar o País, defendemos, ainda, que o novo governo implemente uma política industrial moderna, de acordo com as nossas particularidades e com as melhores práticas internacionais. O foco principal deve ser o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, uma vez que a inovação é a principal fonte de ganhos de produtividade e de competitividade. A política deve, também, ser estruturada com a garantia de recursos orçamentários e ter como um de seus principais pilares o financiamento, com juros competitivos, direcionado à inovação, à exportação e à economia de baixo carbono. Outro fator crucial é a construção de uma sólida estrutura de governança que assegure a eficácia das ações.

Todos os países desenvolvidos já adotam políticas industriais ativas há algum tempo, uma tendência que se acentuou nos últimos anos, em razão dos efeitos causados pela pandemia de covid-19 e pela guerra na Ucrânia. Estima-se que Estados Unidos, Japão, China, Coreia do Sul, Alemanha e demais integrantes da União Europeia investirão, juntos, em torno de US\$ 5 trilhões, nos próximos anos, em políticas de apoio às suas indústrias, para alcançar objetivos estratégicos, como a digitalização e a descarbonização da economia. O Brasil não pode ficar alheio a esse movimento mundial. Durante nossa história, construímos uma indústria forte e mais diversificada que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo com o qual estamos negociando o ingresso pleno.

A indústria nacional já foi a oitava maior do mundo, mas estamos perdendo força, o que é demonstrado pela queda de nossa participação na produção mundial: de 2,58%, em 2006, para 1,28%, em 2021. Apesar de políticas econômicas que, nas últimas décadas, deram pouca atenção ao progresso da indústria nacional, o setor ainda responde por 22,2% do Produto Interno Bruto (PIB), por 71,8% das exportações e por 68,6% dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento. Além disso, a indústria propaga seus efeitos positivos sobre o restante da economia, por causa de sua longa cadeia de fornecedores. A cada real que o setor industrial produz, a economia ganha R\$ 2,43, valor bem superior

ao dos outros segmentos.

É importante destacar que as propostas contidas no Plano de Retomada da Indústria não se baseiam na criação de incentivos nem na redução de **tributos**. Defendemos a adoção de medidas que garantam à indústria igualdade de condições diante da acirrada competição do mercado internacional, com a redução do custo Brasil e com políticas similares às implementadas pelos nossos concorrentes. A premissa básica é a seguinte: não existe país forte e desenvolvido sem uma indústria competitiva e integrada ao mercado global.

*Propostas da CNI
incluem medidas que
garantam ao setor
igualdade de condições
diante da acirrada
competição do mercado
internacional*

Sem importações, Rússia depende do contrabando



Fábrica de metal e aço na cidade russa de Magnitogorsk; indústria do país tem apelado à importação ilegal para contornar sanções impostas pelo Ocidente. ASSOCIATED PRESS - 16/12/2022

As malas estavam cheias de equipamentos comprados na Áustria. Os produtos não eram particularmente exclusivos ou valiosos -eram equipamentos eletrônicos profissionais para uso em escolas-, mas eram fabricados por uma marca ocidental que decidira boicotar a Rússia por causa da invasão da Ucrânia.

"Foi feito para parecer apenas para uso pessoal. Como se eu tivesse comprado tudo para mim", diz Stanislav, que encontrou os homens num hotel em Istambul, levou-os para jantar e depois voou para Moscou com as malas.

"Claro que era contrabando, puro e simples", diz ele, falando sob a condição de anonimato devido à natureza ilegal da atividade.

Foi uma encomenda inco-rn um para Stanislav. Normalmente, ele é especializado no uso de caminhões para contrabandear para fora da Europa os itens muito mais volumosos e delicados que estão sob sanções na Rússia, como materiais para o setor de construção e peças e máquinas para a indústria pesada.

Stanislav faz parte de um número crescente de russos chamados de especialistas em importação e exportação - profissionais em encontrar brechas e passar mercadorias pela alfândega- que surgiram em resposta às sanções impostas pelo Ocidente ao país por conta da guerra.

Participantes desse mercado clandestino revelam um comércio lucrativo, mas altamente imprevisível e instável, no qual a economia sitiada da Rússia tem dificuldade para confiar. No entanto, cada vez mais ela precisa confiar.

As severas sanções aplicadas desde o início da guerra perturbaram as cadeias de suprimentos russas e deixaram muitas empresas em dificuldade para adquirir produtos e peças cruciais de marcas estrangeiras.

Quando as sanções mais pesadas foram adotadas, em março, alguns economistas previram um rápido colapso da economia russa, talvez de até 30%. Mas isso não aconteceu: as receitas de petróleo e gás continuaram a fluir e a moeda logo se recuperou.

O que está surgindo é algo diferente -não um declínio dramático, mas uma degradação constante de sua capacidade produtiva que economistas da Rússia e do Ocidente argumentam que está fazendo o país recuar décadas.

A Rússia está tentando operar uma economia moderna sem a capacidade de importar muitos componentes, matérias-primas e tecnologias das quais depende.

O impacto é sentido em toda a economia -desde os bancos que precisam de servidores para processar pagamentos até a indústria avícola do país, que contava com a Holanda como fornecedora dos pintos dos quais são cultivadas as galinhas para a produção em massa de ovos.

As empresas agrícolas estão lutando para obter pneus de trator, enquanto as companhias aéreas não conseguem componentes estrangeiros para consertar seus aviões.

O golpe já foi significativo. Dados dos parceiros comerciais da Rússia mostram que as importações russas caíram de 20% a 25% desde o início da guerra -um golpe e tanto para um país inserido há décadas na economia global.

"Se você olhar para a indústria farmacêutica, a produção química, a construção de máquinas, metais e mineração... É difícil encontrar um setor na Rússia que não dependa de importações para pelo menos 50% [dos insumos]", explica Elina Ribakova, economista do IFI (Instituto de Finanças Internacionais).

Em médio prazo, as sanções provavelmente atrasarão

a economia da Rússia em anos. Os consumidores serão forçados a se adaptar a uma opção mais limitada porbense produtos de baixa qualidade que poderão lembraras privações no final da era soviética.

"A vida será mais simples e haverá menos dinheiro. As pessoas vão se contentar com menos. Haverá mais papel na salsicha", diz um oligarca russo que está sob sanções.

"Vai ser assim durante 15 a 20 anos, a menos que [o pre sidente Vladimir Putin] morra. Fundamentalmente, nada vai mudar", avalia.

Em última análise, o futuro econômico em longo prazo da Rússia depende de Moscou conseguir produzir rapidamente alternativas domésticas para os bens estrangeiros aos quais não pode mais ter acesso, ou obter análogos de países "amigos", como a China. Quando essas duas opções falham, resta confiar nas importações de contrabandistas como Stanislav.

Para ele, as novas restrições criaram uma terra de oportunidades. Antigamente, as mercadorias estrangeiras eram embarcadas para a Rússia por importadores oficiais, e havia poucas maneiras de um novo player se esgueirar. Tentar importar marcas ilegalmente também não adiantava, pois havia pouca demanda.

"Eu poderia ter colocado as mercadorias em uma caixa de contrabaixo e trazido, mas ninguém teria comprado, porque eu não poderia dar ao comprador uma garantia oficial", afirma Stanislav.

"Agora posso importar isso, posso importar aquilo, como todo mundo. Então, para mim, claro, é interessante. As portas se abriram." Várias rotas de contrabando já se tornaram populares.

Stanislav compra a maioria dos artigos por meio de empresas de fachada estabelecidas na Europa, sem nenhuma conexão visível com a Rússia. Os produtos são então enviados em caminhões da União Européia para um dos países da extinta União Soviética que compartilham uma união **aduaneira** com a Rússia, como Cazaquistão e Armênia.

"Qualquer marca que saiu da Rússia, não importa o que seja -aspiradores de pó, roupas, álcool- está sendo importada de qualquer maneira", diz outro cidadão russo radicado na Europa, que atua no comércio de importação e exportação.

Mas o processo é irregular, na melhor das hipóteses. Tomemos o exemplo do tijolo de clínquer -material usado, entre outras coisas, em fachadas decorativas.

"As últimas entregas foram em junho e pronto. Ninguém sabe como trazer", explica a pessoa. Alguns construtores envolvidos em obras de alto padrão já revestiram a metade de seus prédios, diz ele. "O que fazer com a outra metade? Não está claro." Com o tempo, serão encontradas rotas para levar o material para a Rússia, mas, como acontece com muitos outros produtos importados, será caro e, portanto, disponível apenas para clientes especiais, acrescenta a pessoa.

A Rússia colocou em sigilo os dados de suas importações logo no início da guerra, mas os economistas estão construindo uma imagem usando informações sobre as exportações para a Rússia de seus principais parceiros.

As exportações dos Estados Unidos para a Rússia caíram 85% em maio em comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo pesquisa do Banco Central Europeu. O Banco Mundial, o FMI (fundo Monetário Internacional) e outras instituições preveem que as importações rus sas neste ano cairão 25 % em relação ao ano anterior. De junho a agosto deste ano, a Rússia importou US\$ 4,5 bilhões a menos por mês do que em 2021, segundo o Instituto Kiel para Economia Mundial.

A demanda por importações também caiu conforme a economia entrou em recessão e a **inflação** começou a espremer a renda familiar, enquanto um número crescente de empresas ocidentais que tinham filiais na Rússia se retirou do país.

Dada a escassez de peças importadas, a produção de automóveis tem sido um dos setores mais atingidos, com queda de quase 80% em setembro em comparação com o mesmo mês de 2021, segundo o serviço de estatísticas estatal Rosstat. A queda levou as autoridades a afrouxar alguns requisitos de segurança durante o verão para freios antiderrapantes e airbags.

Tantos fabricantes e concessionárias de automóveis ocidentais vende ram seus negó -cios na Rússia que apenas 14 montadoras ficaram no mercado para compradores russos, de acordo com uma análise da indústria publicada em dezembro. Todas as marcas eram chinesas, exceto três nacionais, incluindo o icônico Lada soviético.

Um bilionário próximo ao Kremlin diz que o lucro potencial dos artigos contrabandeados é tão alto que os produtos de luxo sempre chegarão ao país, independentemente das sanções. Ele conta que no verão comprou dois Maybachs em vez do Mercedes que queria. Se o primeiro quebrar, ele pode usar o segundo para tirar peças, acrescenta.

Outros já vislumbraram novas oportunidades. "Vai ser difícil durante dois, três, quatro anos. Então vamos nos adaptar", diz outro oligarca sob sanções. "Veja o Irã. Eles fazem tudo sozinhos [...] têm suas próprias cadeiasde suprimentos e, se não tiverem uma peça sobressalente, conseguem no mercado negro." Continua na pág. 2

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50127&anchor=6469882&pd=ded715ee9a0f45fbd66eb79def75ea6f>

Perspectivas para a produtividade são negativas, diz FGV Ibre



Fernando Veloso: país está com produtividade em nível inferior ao registrado no período anterior à pandemia



Fernando de Holanda Barbosa Filho: cenário de incerteza afeta disposição de empresários para contratar

Alessandra Saraiva Do Rio

O ambiente macroeconômico fragilizado e as incertezas fiscais e institucionais podem prejudicar as perspectivas já pouco animadoras para a evolução da produtividade no país, disseram ontem Fernando Veloso e Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Ele ressaltaram ainda que, em 2022, os indicadores da produtividade do trabalho já se encontram abaixo do nível registrado antes da pandemia, devendo fechar o ano em baixa e, tudo indica, cair também em 2023. Os dois economistas participaram ontem do seminário de Produtividade e Mercado de Trabalho, realizado pelo FGV Ibre e pelo Valor.

No encontro, Veloso e Barbosa Filho fizeram um retrospecto da produtividade nos últimos anos.

Após recessão dos anos de 2015 e de 2016, o mercado de trabalho passou por forte crise, com queda na produtividade. Houve então uma recuperação desses indicadores de eficiência, que voltaram a patinar em 2018 e a cair em 2019.

No entanto, em 2020 houve aumento dos indicadores de eficiência no mercado de trabalho, num ambiente em que a pandemia afetou a atividade econômica e a dinâmica do mercado de trabalho.

Houve um tombo expressivo das horas efetivamente trabalhadas do segundo ao quarto trimestre de 2020, um recuo mais forte que a queda no valor adicionado da economia.

Com isso, houve alta da produtividade do trabalho.

Esse cenário ficou para trás, com a normalização gradual da economia após o relaxamento das restrições à mobilidade social, adotadas para combater os impactos da covid- 19. A produtividade passou a cair a partir do segundo trimestre de 2021. No terceiro trimestre deste ano, houve queda do indicador em torno de 3% em relação ao mesmo período de 2021, afirmou Veloso, coordenador do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do FGV Ibre "Esse é o quadro atual.

Estamos com produtividade abaixo do ano passado e em relação ao pré-pandemia", disse ele. "Vai ter queda neste ano de produtividade e no ano que vem também." Veloso afirmou que, para a produtividade aumentar, são necessários três fatores. O primeiro é promover reformas que aumentem o potencial de crescimento; o segundo, estabilidade macroeconômica, para que empresários tenham confiança para investir e contratar; o terceiro é um cenário positivo na economia mundial. Esses fatores, observou ele, não estão favoráveis para o Brasil no momento.

Veloso e Barbosa Filho notaram que houve reformas nos últimos anos, como a trabalhista e o marco legal de saneamento. No entanto, um impacto favorável dessas medidas sobre a produtividade depende de um contexto macroeconômico estável, o que não existe hoje. Há incertezas sobre a condução de política econômica, sobre a trajetória dos gastos públicos nos próximos anos e sobre a situação das instituições.

Em relação a esse último tópico, Veloso criticou possibilidade de mudança na Lei das Estatais, que estabeleceu regras de governança nas companhias no cenário pós operação Lava-Jato. "[Caso ocorra mudança] isso mostra fragilidade das instituições" afirmou. Na terça- feira à noite, a Câmara dos Deputados aprovou alteração na lei que diminui de 36 meses para 30 dias a quarentena de pessoas indicadas à presidência ou à direção de empresas

públicas que tenham ocupado estrutura decisória de partido ou participado de campanhas eleitorais. A medida agora vai ser apreciada pelo Senado.

Veloso também criticou a perspectiva de que o novo governo reformule a Taxa de Longo Prazo (TLP), que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos do BNDES, para eliminar gradualmente os subsídios.

Mudanças na TLP podem trazer de volta as subvenções que distorcem a economia. Ele também destacou os efeitos negativos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que permite a ampliação de gastos no orçamento do ano que vem em R\$ 168 bilhões, para elevar as despesas com o Bolsa Família e o investimento público.

O número é muito alto e não há definição de fontes de financiamento, disse Veloso, ressaltando que isso levanta dúvidas sobre a trajetória das contas públicas.

Além disso, Veloso notou que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assumirá o comando do país num cenário de desaceleração da economia global, um quadro bem diferente do que ele experimentou em governos anteriores.

Pesquisador-sênior da área de Economia Aplicada do FGV Ibre, Barbosa Filho lembrou que os empresários só contratam quando se sentem seguros em relação ao desempenho futuro de seu negócio, o que exige um ambiente macroeconômico estável.

Tendo em vista todos esses fatores, as companhias enfrentam um cenário adverso, deixando de abrir novas vagas. Isso faz com que novos postos de trabalho sejam gerados mais via emprego informal, que pagam menos e são menos produtivos, afetando a eficiência da economia.

Ao tratar das medidas necessárias para elevar a produtividade, os dois enfatizaram a importância da redução das incertezas fiscais. Entre as reformas, Veloso destacou como essencial mudar o sistema de **impostos** do país. Nesse sentido, a indicação do economista Bernard Appy para a Fazenda, com o objetivo de tocar a **reforma tributária**, foi uma boa notícia, disse ele.

Além disso, Veloso recomendou também o aprimoramento de agenda ambiental, uma reforma administrativa bem feita e ações no comércio internacional.

Os dois economistas ressaltaram ainda que a produtividade é o caminho que resta para acelerar o ritmo de crescimento da economia, num país em que o

bônus demográfico já chegou ao fim, numa referência ao período em que a população em idade de trabalhar cresce mais que a população total.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187410?page=1§ion=1>

O exemplo fiscal dos estados



Taísa Medeiros

Criada com o intuito de manter a saúde das contas públicas nacionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi um marco para o país. A medida, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 2000, determina formas de prevenção e correção de contextos que comprometam o equilíbrio financeiro da União, dos estados e dos municípios.

Apesar de a lei fornecer mecanismos suficientes de controle, por vezes não é aplicada em sua totalidade, e os desajustes das contas públicas ficam evidenciados. Esse ponto foi enfatizado no seminário Desafios 2023 - o Brasil que queremos.

Um dos pais da LRF, o economista José Roberto Afonso participou do painel que debateu formas de garantir a responsabilidade fiscal e social. Segundo o especialista, estados e municípios são chaves para o equilíbrio das finanças públicas.

"De um lado, metade da despesa primária realizada no Brasil, hoje, é feita por estados e municípios. E, se eu for olhar o gasto com investimentos, pessoal, consumo de bens e serviços, supera mais da metade. Chega a 3/4 de gastos realizados por estados e município", frisou. "Não adianta controlar o gasto federal, isso não é medida que vai se resolver, pelo menos macroeconômica, se está preocupado com o resultado fiscal e com a demanda. Tem que ter uma visão mais abrangente e incluir estados e municípios." Afonso disse não haver como garantir a melhor execução da LRF no país, caso a União não se espelhe nas boas práticas seguidas pelos entes federativos. "Se a gente comparar os dados da série do Banco Central de dívida líquida, começou em 2001 e vem a 2022. A dívida dos estados caiu em 7,7% do PIB (Produto Interno Bruto). Caiu pela metade durante esse período. A dívida dos municípios caiu em 1,7% do PIB.

Aliás, a dívida líquida hoje dos municípios é de 0,2% do PIB. Até o final da atual gestão, provavelmente os municípios terão mais dinheiro em caixa do que têm de dívida. Se eu considero estados e municípios, a dívida pública caiu na casa de 9,4% do PIB", detalhou.

Ele lembrou que os resultados foram alcançados apesar das decisões dos últimos meses, que provocaram queda na arrecadação dos estados, como a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Por outro lado, ao analisar os dados referentes à dívida da União, se agravou em 18 pontos do PIB - um salto de 32% para 50%. "Quem se submete aos rigores da lei e de controle, em que pese toda a contabilidade criativa que a gente tem, apresenta resultados que, do ponto de vista fiscal, são fantásticos", ressaltou. "A Lei de Responsabilidade Fiscal é referência para outros lugares do mundo. Paradoxalmente, a gente não consegue fazer com que o governo federal siga a mesma tendência, as mesmas práticas bem-sucedidas de estados e municípios." Um dos motivos para o problema, segundo Afonso, é o fato de o governo federal não possuir limite de dívida determinado pelo Senado. "Quando faz sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não fixa meta de dívida, ao contrário de todos os estados. Aliás, a própria meta de resultado primário da União não quer dizer grande coisa, porque a metodologia de resultado primário da União, exigida pelo Tesouro Nacional, não é seguida. Estados e municípios seguem, e a União não segue, embora ela exija dos outros", criticou.

PEC da Transição

Em tramitação na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição abre divergências entre os especialistas em economia. Criado para viabilizar, especialmente, o pagamento do Bolsa Família, o texto amplia o teto de gastos em R\$ 168 bilhões.

Afonso frisou que "PEC não é nota de empenho". "Temos que tomar cuidado porque a PEC autoriza você a fazer, mas não necessariamente você vai fazer. Confio que se consiga voltar a pensar política econômica e política macroeconômica com "M" maiúsculo, nas quais se conciliem e equilibrem os seus objetivos e as suas estratégias de política fiscal, monetária e tudo o mais", acrescentou. Ele lembrou que no governo de Jair Bolsonaro (PL) diversas

medidas de governabilidade foram tomadas por meio de PECs.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é referência para outros lugares do mundo.

Paradoxalmente, a gente não consegue fazer com que o governo federal siga a mesma tendência, as mesmas práticas bem-sucedidas de estados e municípios" José Roberto Afonso, economista e um dos pais da LRF

Investir em saúde é fomentar a economia



vinicius doria

Os obstáculos que a área da saúde enfrenta no Brasil e as propostas que apontem soluções para os graves problemas do setor em um país com severas restrições econômicas foram os temas de um dos painéis do seminário Desafios 2023 - o Brasil que queremos, promovido pelo Correio Braziliense, ontem, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O debate sobre o tema foi aberto pelo senador Humberto Costa (PT-PE), ex-ministro da Saúde, que coordenou a elaboração do programa de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a área.

Para o senador, saúde é um investimento que a sociedade deve fazer porque, além de ser um serviço essencial e universalizado, representa 9% do PIB e emprega 15% da População Economicamente Ativa (PEA), com nível de emprego qualificado. Mas ele lembra que esse é um setor em que a balança comercial brasileira é deficitária, na medida em que há uma grande concentração de produção de insumos em poucos países.

"O Brasil pode recuperar a sua capacidade produtiva no setor", disse ele, apontando que essa será uma das prioridades do futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva. "Vamos recompor estruturas da área da saúde, da ciência e da tecnologia. (Vamos) retomar investimentos e atrair agentes privados para o desenvolvimento de ciência e tecnologia para a área da saúde", garantiu.

Ele defendeu políticas públicas de incentivo a esses investimentos, com revisão da atual estrutura tributária do país. Para Costa, é preciso estimular tanto a pesquisa clínica quanto a inovação tecnológica e de processos. "Além de atrair investimentos com políticas adequadas, vamos apostar na capacidade deste país

para criação de patentes próprias", afirmou. Por isso, defendeu a reformulação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) "para termos patentes em vários segmentos econômicos importantes".

O senador também discorreu sobre a necessidade de o país estimular setores nos quais já tem conhecimento no campo da saúde. Ele lembrou que, no auge da pandemia de covid-19, o Brasil se viu obrigado a importar produtos "que nós temos capacidade de produzir", como ventiladores para suporte respiratório, máscaras, luvas e medicamentos básicos.

Parcerias

Costa também defendeu o modelo de parcerias público-privadas "com segurança jurídica" para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), considerado por ele "um espaço de consumo relevante", com quase 170 milhões de usuários, além dos 50 milhões de pessoas que utilizam a saúde suplementar.

O ex-ministro da Saúde apontou mais três desafios, como a formulação de políticas que sejam capazes de melhorar a gestão da área da saúde pública; eliminação de desperdícios; e redução da possibilidade de haver corrupção, com o desenvolvimento de sistemas de informação e ampliação das tecnologias digitais. Ele indica o atendimento especializado de média complexidade como o principal gargalo do setor, "com filas e dificuldade de acesso a especialistas". A tecnologia digital, para o senador, "é um caminho importante para melhorar esse atendimento e a gestão do sistema".

Vamos recompor estruturas, retomar investimentos e atrair agentes privados para o desenvolvimento de ciência e tecnologia para a área da saúde" Senador Humberto Costa (PT-PE) Falamos muito em financiamento em saúde, em recursos. Mas temos que olhar para a estrutura também, com os desperdícios e a corrupção" Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida Não há dúvida de que os desafios são enormes e demandam soluções inovadoras, com um caminho para o atendimento personalizado" Paulo Rebello, presidente da ANS

Aeronautas aprovam greve a partir de segunda-feira



Aeroporto de Confins será um dos terminais afetados pela greve de pilotos, copilotos e comissários de bordo

Fernanda Brigatti

Os aeronautas aprovaram nessa quinta-feira (15), por unanimidade, greve por tempo indeterminado a partir de segunda-feira (19). Segundo deliberação do Sindicato Nacional dos Aeronautas, a paralisação de pilotos, copilotos e comissários de bordo será entre 6h e 8h nos aeroportos de Congonhas (São Paulo), Guarulhos, Galeão, Santos Dumont (ambos no Rio), Viracopos (Campinas), Porto Alegre, Fortaleza, Brasília e Confins (Belo Horizonte).

A orientação é para que eles suspendam as decolagens nesse horário, exceto nos casos de transporte de órgãos para transplante, vacinas ou com enfermos a bordo. O Snea (Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias) e as companhias Gol e Latam foram procurados, mas não responderam. A Azul disse que não vai comentar.

Os aeronautas cobram das empresas aéreas a recomposição salarial pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e ganho real (acima da **inflação**) de 5%. Nas cláusulas sociais, pedem a manutenção da convenção coletiva da categoria e a definição de horários de veto para alterações em folgas.

Os tripulantes dizem que as empresas apresentaram proposta sem ganho real e com cláusulas que pioravam as condições de trabalho. No dia 25 de novembro, 90% dos 7.000 aeronautas que participaram de uma assembleia votaram pela rejeição da proposta.

IMPASSE Outra tentativa de acordo foi feita no início de novembro, mas novamente a negociação não avançou. As companhias aéreas ofereceram o reajuste pelo INPC em todos os itens econômicos, como salário e benefício, exceto nas diárias

internacionais.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas diz que manterá a greve até que as empresas aéreas respondam sobre as reivindicações. "A negociação viu-se frustrada, e a greve, que é o único instrumento de luta dos trabalhadores, tornou-se necessária", diz o sindicato, em manual de greve distribuído ao fim da assembleia.

O setor aéreo foi um dos mais afetados no período mais agudo da pandemia de COVID-19, quando as viagens ficaram praticamente paralisadas. Quando o tráfego voltou, ainda foi prejudicado por diferentes regras entre os países e o aumento de custos.

No decorrer das negociações com as áreas, o sindicato que representa a tripulação elaborou uma análise econômica das três empresas. Na avaliação da entidade, os números - que mostram aumento na demanda doméstica e nas receitas - demonstram a capacidade de as empresas melhorarem os termos da negociação.

O Sindicato dos Aeroviários, que representa a equipe de solo nos aeroportos, também está em negociação com as empresas e deu início à votação da proposta apresentada na última semana por Gol e Azul. A expectativa é que a votação seja concluída na próxima semana.

O Snea propôs o reajuste dos salários, vale-refeição, vale-alimentação e demais benefícios monetários em 5,97%, equivalente ao INPC. Entre as cláusulas sociais há o direito combinar, mensalmente, uma folga aos sábados ou às segundas-feiras, para haver emenda com o domingo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/12/2022/p1>

PIB de Minas cai 2,8%



Esencial para a economia mineira, a cafeicultura sofreu efeitos negativos das secas, geadas e chuvas intensas em todas as regiões produtoras

Leonardo Godim

O Produto Interno Bruto (**PIB**) de Minas Gerais, que mede o conjunto da riqueza produzida no estado, registrou uma queda de 2,8% no terceiro trimestre deste ano em relação aos três meses anteriores, quando se considera a série com ajuste sazonal, contra um crescimento de 0,4% da economia brasileira na mesma base de comparação. O recuo foi puxado pela agropecuária (-5,7%), seguido pela indústria (-2%). De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), o terceiro trimestre fechou com **PIB** de R\$ 240,2 bilhões, o equivalente a 9,4% do produto nacional. A maior rubrica é a de serviços, com R\$ 133,3 bilhões (62,3%). Em segundo está a indústria, com R\$ 64,9 bilhões (30,4%), e, por último, a agropecuária, com R\$ 15,6 bilhões (7,3%).

Segundo o relatório trimestral da FJP, a queda no setor agropecuário tem como uma das causas os maus resultados da safra de café. As previsões para o grão, que responde por quase metade das exportações do agronegócio no estado, foram reduzidas devido às secas, geadas e chuvas intensas em todas as regiões produtoras - em especial no Sul de Minas, onde está concentrada maior parte dos plantios. A principal colheita é justamente no terceiro trimestre.

Na indústria, a extração mineral registrou uma queda significativa, de 7,3%. A transformação também caiu, com -1,2%, assim como energia e saneamento, com -1,3%. A extração mineral sofreu os efeitos negativos da redução da demanda, em especial do principal comprador da commodity, a China. De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o faturamento do subsetor entre julho, agosto e setembro caiu de R\$ 108,7 bilhões, em 2021, para R\$ 75,8 bilhões, em igual período deste ano - uma redução de 30%.

Na transformação, houve redução da atividade nos

segmentos metalmeccânico, fabricação de minerais não metálicos, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, além de bebidas, químicos e produtos têxteis. O resultado do subsetor de energia e saneamento, por sua vez, foi influenciado pela redução do uso de energia elétrica pela indústria de extração mineral e de transformação, em especial. Apesar disso, os reservatórios das hidroelétricas foram recuperados com as chuvas.

Um leve aumento, indicativo de estagnação, foi registrado apenas no setor de serviços (0,6%). Comércio e administração pública cresceram 0,5% cada um, mas a atividade de transportes teve variação negativa (-0,5%). A queda no último está ligada à redução do escoamento da produção do setor industrial e do agronegócio.

EM 12 MESES Ainda segundo o relatório da FJP, na análise dos resultados dessazonalizados, pode-se dizer que o crescimento econômico em Minas Gerais em 2022 praticamente se concentrou no segundo trimestre do ano (6,4%), em razão do desempenho favorável da agropecuária e da extrativa mineral no período, ao passo que a atividade econômica no estado cresceu apenas 0,5% no primeiro trimestre do ano e, agora no terceiro trimestre, apresentou retração de 2,8%. No Brasil, a atividade econômica foi desacelerando ao longo do ano, com expansão de 1,3% no primeiro trimestre, 1,0% no segundo e 0,4% no terceiro trimestre de 2022, aponta o relatório.

Segundo documento, o resultado favorável do **PIB** mineiro no segundo trimestre de 2022 também pode ser observado na comparação com o mesmo trimestre de 2021, quando o volume do **PIB** de Minas Gerais expandiu-se 6,6% nesta ótica comparativa, valor bem superior ao acréscimo de 3,7% constatado em âmbito nacional nesse período. Com isso, informa a FJP, apesar do resultado negativo do índice de volume do **PIB** mineiro na série dessazonalizada no terceiro trimestre deste ano, a variação positiva no segundo que, em termos anualizados, isto é, quando se comparam os últimos 12 meses completados em setembro deste ano com os quatro trimestres imediatamente anteriores, o volume do **PIB** de Minas Gerais apresentasse crescimento de 3,5%, valor também acima da taxa de expansão observada no cenário nacional na mesma base de comparação (3,0%).

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/12/2022/p1>

PEC da Responsabilidade Orçamentária (Artigo)

Reinaldo Azevedo *Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"*

"Deus te livre, leitor de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho" É Machado de Assis em "Memórias Póstumas de Brás Cubas", no capítulo intitulado justamente "A ideia fixa" O trecho acima é o mais citado, tanto quanto Machado ainda é referência, mas o sentido moral da metáfora se revela na conclusão daquele pequenino texto, e o mesmo farei eu nesta coluna-ta modesta, posto que, de Machado, não tenho "nem os transe da ventura nem os dons do pensamento".

O governo Lula, a 15 dias ainda da posse, será mal sucedido de tantas e tão distintas e combinadas (e descombina- das) maneiras, assegura-se quase unanimemente na imprensa -e com muita ênfase nesta Folha-, que quase não sei como continuar estas mal traçadas sem me afundar na "tinta da melancolia" sem disposição até para a "pena da galhofa" porque não há graça em rir quase sozinho de si mesmo.

O futuro presidente tem um insuspeitado e terrível adversário a ser batido desde já: chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, aquele do primeiro mandato, que teve "a coragem" de elevar o superávit primário em 2003 de 3,75% do PIB para 4,25%, realizando tal proeza por meio do corte de despesas, ainda que sacrificando o crescimento, dizia-se. O Bel zebu se ajoelhava, então, no altar da ortodoxia, deixando, ele sim, a "esquerda perplexa e a direita indignada".

No dia 21 de agosto de 2003, o jamais suficientemente lembrado Otávio Frias Filho, diretor de redação, então, deste jornal, escreveu: "O espectro ideológico, no Brasil e no mundo, só tem se deslocado para a direita. Os mercados exercem um poder de tutela e chantagem sem precedentes sobre os governos. A geração de Lula chegou ao poder depois de anos de ostracismo; adapta-se rapidamente às rotinas e conveniências de um governo bem-comportado. Mudar para que e por quê?" Nestes 20 anos, o tal espectro se deslocou, em muitas áreas, para a extrema-direita, e "tutela e chantagem" deixaram de ser instrumentos de pressão política para se transformarem uma "doxa" Resistirão que se apresenta como uma verdade natural ou faz do divergente um dinossauro ou um esquisito que anda de escafandro no deserto.

Esta Folha chama a PEC da Transição de "PEC da ganância" - sem as aspas, e não restaria, pois, a menor dúvida de que se estaria a tratar de algo objetivo, incontestável e factual, como a sustentar, sem contradita possível, que "hoje é sexta feira" Convenham: se o sujeito insiste em que é sábado, deve estar ruim da cabeça, reivindicando o direito a ter seu próprio calendário, contra os fatos. Ou, então, põe-se todo dia de joelhos, rezando com a cabeça voltada para a Unicamp...

Eu chamava a natimorta (enquanto escrevo) de "PEC da Responsabilidade Orçamentária", com aspas, mesmo havendo na expressão mais do que solipsismo aritmético. Dos RS 145 bilhões reivindicados, RS 70 bilhões vão compor o Bolsa Família. À Saúde, a despeito da fila do SUS, reservam-se, no ano que vem, RS 16,6 bilhões a menos do que neste 2022, como programa Farmácia Popular à mingua; à Educação, que não paga residentes e deixa as universidades sem ar sem luz, sem razão, um decréscimo de mais de RS 4 bilhões. Para o Minha Casa Minha Vida, sobraram espetaculares RS 34 milhões...

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento, está refazendo as dotações, mas li em algum lugar que isso seria parte de uma estratégia para pintar o capioto mais feio do que ele realmente seria, de modo a justificar, então, a ganância, a festança, a lambança, a "papança" (cortesia do "Dicionário de Rimas" de Costa Lima). Mas sempre se pode contar com Arthur Lira, não é mesmo? Parece que será seu o triunfo em favor de ideias magras e severas sobre... papança.

Com a fascistada à solta e dado o esforço que noto aqui e ali de normalizar os inimigos da sociedade aberta como se constituíssem parte aceitável do espectro ideológico, torço para que os sensitivos do desastre estejam errados. Saberemos. E, então, de volta a Machado. A ideia fixa é uma "bandeira grande". E ele nota: "Quem não sabe que ao pé de cada bandeira grande.pública, ostensiva, há muitas vezes várias outras bandeiras modestamente particulares, que se hasteiam e flutuam à sombra daquela, e não poucas vezes lhe sobrevivem?". Quem não sabe?

Após ataque "ao estilo 6 de Janeiro, PF reage como FBI - TODA MÍDIA

Brazil's New Finance Chief Vows to Balance Budget With Social Responsibility



EQUILIBRAR

Na Bloomberg, Fernando Haddad 'promete equilibrar orçamento com responsabilidade social'; na Reuters, agência com cobertura também mais econômica, o próximo ministro da Fazenda diz que 'expansão fiscal não ajuda economia neste momento'

TODA MÍDIA

Em portais chineses como Sohu, o ataque de segunda (12) à Polícia Federal foi noticiado salientando a ação "feroz" dos manifestantes, em "turbulência de golpe", mais a pergunta: "Jair Bolsonaro quer voltar?".

No relato: "Depois que Bolsonaro disse que sua alma estava ferida, seus apoiadores atacaram a sede da polícia na capital brasileira. Ônibus e carros foram incendiados por radicais furiosos. A cena era caótica".

O texto relaciona o episódio à invasão do Capitólio em Washington, em 6 de janeiro de 2021, por apoiadores do então presidente Donald Trump. A comparação foi destacada também pelo inglês The Guardian, apontando "violência ao estilo 6 de Janeiro", na chamada.

No Washington Post, "Apoiadores de Bolsonaro atacam quartel-general da polícia no Brasil". Três dias antes, acrescentou no texto, "em sua primeira declaração pública em 40 dias, Bolsonaro apelou à multidão para tomar a questão em suas próprias mãos".

Mais um dia e a alemã Der Spiegel, entre outros, noticiou que "Lula acusa Bolsonaro de incitar manifestantes fascistas" -em meio à cobertura da "conspiração" neonazista que a própria Alemanha descobriu e está procurando sufocar.

Na quinta-feira (15), por fim, a Bloomberg noticiou que a "Polícia busca manifestantes", em Brasília e sete estados, por atos antidemocráticos anteriores. No mesmo texto, a informação de que a Justiça Eleitoral "está investigando o presidente Jair Bolsonaro, em fim de mandato, e alguns aliados por lançar dúvidas sobre o resultado da eleição".

Esperança No Financial Times, ouvindo analistas como Robin Brooks, "a queda da **inflação** e os aumentos menores dos juros nos Estados Unidos e em outras economias avançadas dão esperança de uma recuperação para os emergentes".

Brooks, "o careca" influenciador do mercado financeiro brasileiro, compartilhou por mídia social uma avaliação de seu vice na chefia econômica do Institute of International Finance, Sergi Lanau: "Isoladamente, o pacote de gastos do Brasil não é imprudente. Aumento de 0,3% nas despesas primárias em relação a 2022; ainda gastando um pouco menos que em 2019.0 problema é a posição fiscal geral aliada à incerteza política", escreve o analista.

Pandemia e guerra adiam fim da pobreza extrema, diz Banco Mundial em podcast - MUNDO OUVIU

João Batista Natali

São Paulo Desde 1990, o Banco Mundial diz poder reunir dados sobre o consumo das famílias em qualquer canto do planeta. E consegue, também por isso, saber se estão diminuindo ou aumentando a pobreza e a miséria.

Pois algo deu errado com os humanos depois da Covid e da Guerra da Ucrânia. A população vivendo na miséria saltou de 8,4% do total mundial, em 2019, para 9,3% em 2020. Um imenso grupo de 700 milhões de pessoas passou a engrossar o contingente da pobreza extrema. As informações estão em podcast da instituição e foram divulgadas em Washington, onde ela está sediada ao lado do irmão gêmeo FMI.

Os economistas do programa se basearam em relatório recém-publicado, um raio-X dos estragos que a pandemia e a guerra provocaram no mercado de trabalho e no padrão de consumo de famílias.

Ruth Hill, especialista em renda, afirma que em 1990 cerca de 38% dos habitantes da Terra viviam em condições de miséria. Pois esse número decresceu até 2019 para apenas 8%, em razão sobretudo do desenvolvimento econômico no Sudeste Asiático e no Pacífico, regiões que mais combateram com sucesso a existência de barreiras ao bem-estar material.

Dentro desse mesmo processo, entre 1990 e 2014, período para o qual estão fechadas comparações mais precisas, pouco mais de 1 bilhão de pessoas abandonaram a miséria. Mais uma vez Sudeste Asiático e Pacífico foram as regiões que mais enriqueceram. O verbo não é bem esse, já que a população não ficou mais rica; em verdade, "desempobreceu" -e não é do Banco Mundial o neologismo.

Vieram então a crise sanitária e o conflito na Ucrânia, e o mundo ficou mais pobre, com a **inflação** desencadeada pelo aumento dos preços dos grãos e dos combustíveis fósseis.

Com isso foi preciso empurrar para frente a data de 2030 para que a pobreza extrema seja declarada

extinta -meta que chegou a ser definida pela tecnocracia do Banco Mundial. Ou então que essa forma mais aguda permaneça residual, só em alguns bolsões.

Apesar desse quadro, os participantes da discussão, como o economista Paul Blake, afirmam que a longo prazo o que ocorreu foi a diminuição da velocidade com a qual caíam a miséria e a pobreza. Não há, felizmente, reversão dessa tendência. Em termos mundiais, a pobreza não voltará a seus antigos patamares.

Mas, afinal, como é que esses tecnocratas de Washington definem o que é um cidadão extremamente pobre? O ponto de partida seria a subsistência com um padrão de consumo, em 1990, inferior a US\$ 1 por dia. O valor foi sendo com o tempo atualizado, e hoje, em razão da **inflação** americana e de variações do poder de compra, chegamos a US\$ 2,15.

Não é esse ainda, no entanto, o resultado de uma visão correta sobre a pobreza. Esses US\$ 2,15 se referem ao que demógrafos e economistas do Banco Mundial consideram a linha média de pobreza para países com renda baixa. Para os localizados na outra extremidade, do padrão de EUA e Alemanha, a linha de pobreza se situa em US\$ 6,85 por dia.

Mastiguemos esses dados com mais detalhes. Caso um pobre alemão vivesse com o mesmo poder de compra num país com custo de vida bem mais baixo, os US\$ 6,85 permitiriam um padrão devida mais próximo ao da baixa classe média -ele não estaria perto da linha de pobreza.

Sobre o Brasil, o relatório diz que em 2020 a miséria diminuiu em razão do auxílio de emergência concedido pelo governo federal. Mas em outro trecho o documento relata que esse auxílio foi "consideravelmente reduzido" em 2021. Com isso, a pobreza brasileira aumentou em 6%, segundo cálculo de outro documento interno do Banco Mundial.

The Development Podcast -Por Que Testemunhamos o Maior Revés na Pobreza Global em Décadas?

Podcast disponível no site do Banco Mundial.
Duração: 26 min. (em inglês)

Campos Neto descarta novo mandato no BC sob Lula



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que tem mandato até 2024 Mathilde Missionheiro - 25.nov.22/Folhapress

Fábio Pupo *brasília*

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, descartou nesta quinta-feira (15) uma eventual permanência no cargo após encerrar seu mandato à frente da autoridade monetária, em 2024. Segundo ele, o tema não foi conversado entre ele e o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Tenho dito há bastante tempo. Acho que um mandato é suficiente para fazer o que é preciso fazer. O BC não é [...] e não deveria ser uma coisa de um mandato, é um trabalho que tem continuidade", disse Campos Neto em entrevista.

As declarações são dadas após sinalizações de que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estaria disposto a oferecer a Campos Neto, nomeado durante o governo Jair Bolsonaro (PL), mais um mandato à frente do BC.

O atual presidente descartou o cenário e, nos bastidores, interlocutores complementam que não seria adequado permanecer à frente da instituição considerando o cenário político de um novo presidente da República.

"Desde o começo, eu disse que não achava bom a recondução. Inclusive disse em entrevista que, quando teve a lei de autonomia, eu fui contra a recondução.

Acho que é importante ter a separação completa do ciclo do presidente do BC do ciclo político" afirmou Campos Neto.

"Não discutimos [ele e Haddad] isso, mas eu pretendo ficar até o fim do meu mandato."

Campos Neto disse ainda que pretende participar das discussões sobre novos diretores da autoridade monetária. Os próximos a chegarem ao final do mandato, em 2023, são Bruno Serra e Paulo Souza.

"Todos os nomes de diretores, eu discutia [com a classe política]. Então é um processo que todo o mundo discute, e espero que isso seja levado em consideração", disse.

Campos Neto também afirmou que uma correta comunicação sobre a condução das contas públicas é relevante para calibrar as expectativas de mercado e evitar danos à credibilidade do governo.

A mensagem foi passada nesta semana a Haddad pelo atual chefe da autoridade monetária, que disse ainda ser possível o país gastar um pouco mais caso seja considerado esse tipo de premissa.

"Se você comunicar bem o que está fazendo de tal forma que os agentes econômicos entendam como vai se dar o processo de convergência da dívida, às vezes você pode gastar um pouco mais com menos efeito de credibilidade", disse em entrevista de fim de ano.

"Quando você se comunica melhor, consegue fazer a mesma coisa com menos danos."

Os dois conversaram na terça-feira (13) após Haddad ser anunciado como futuro chefe da equipe econômica, e em meio às preocupações do mercado em torno da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gastação, que abre espaço para mais despesas no Orçamento de 2023.0 impacto extra pode passar de R\$ 200 bilhões por ano, o que gera receios entre investidores sobre a trajetória da dívida pública.

"A gente em política monetária aprende que, se comunicar bem, a gente pode fazer menos e ter mais potência, porque a comunicação tem esse canal de eficiência. Cada vez mais, a gente vê que no fiscal isso também é verdade", afirmou Campos Neto.

Para o presidente do BC, o que importa para a calibragem das expectativas não é o gasto que se faz em um ano corrente, mas a transparência em relação a como as despesas serão aplicadas e como será no longo prazo a trajetória das contas públicas-e, especificamente, da dívida. Ele também salientou que as políticas fiscal e monetária devem estar coordenadas para abrir caminho para uma queda nos juros.

Haddad afirmou nesta semana, após a conversa com Campos Neto, que há espaço para um corte na taxa de juros caso a política fiscal seja bem comunicada.

Na entrevista desta quinta, foi perguntado a Campos Neto, mas ele não respondeu, se o governo eleito tem se **comunicado** devidamente e dado segurança ao BC para um eventual corte na taxa de juros como mencionado por Haddad.

No esforço de convencimento em tomo da PEC negociada no Congresso, a equipe de transição tem falado que busca obter um nível de gastos em relação ao **PIB** (Produto Interno Bruto) que se mantenha estável em relação ao último ano do governo Bolsonaro. Mas a conta da PEC ultrapassa o patamar calculado por economistas sobre qual seria o montante máximo para os gastos se manterem em nível semelhante.

Campos Neto disse que tem ouvido de analistas que um patamar estável de despesas em relação ao **PIB** ficaria entre R\$ 130 bilhões e R\$ 140 bilhões, mas afirmou não ter certeza desse número e salientou que o BC não faz essa conta.

APEC autoriza mais gastos que isso. O texto eleva o teto em 2023 e 2024 em R\$ 145 bilhões, mais investimentos fora dele de até R\$ 23 bilhões todos os anos.

Também autoriza o uso de dinheiro esquecido no PIS/Pasep (em torno de R\$ 24 bilhões) para investimentos fora do teto, em um impacto único, e deixa também fora do limite despesas de universidades bancadas por receitas próprias e gastos ambientais com dinheiro oriundo de doações.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

27

Presidente do BC lança alertas para Haddad

ADRIANA FERNANDES

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, lançou ontem uma série de alertas para o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente indicado para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

O principal alerta foi para o risco da volta de uma "massa grande" de crédito subsidiado para a política de juros e de combate à **inflação**.

Os recados vêm após a primeira reunião de Haddad com Campos Neto, em que conversaram sobre a importância de coordenação da condução da política fiscal, pelo Ministério da Fazenda, com a política de juros do BC. A preocupação com a reedição da política de estímulo ao crédito com taxas subsidiadas, como foi feito durante o governo Dilma Rousseff, entrou no radar no mercado financeiro depois da indicação de Mercadante para comandar o BNDES.

O BNDES foi o epicentro dessa política, com empréstimos bilionários concedidos pelo Tesouro Nacional, que começaram ainda no governo Lula, e que estão sendo devolvidos ao caixa da União desde o governo **Temer**. A devolução completa ainda não foi concluída.

Apesar de Mercadante ter negado - em conversa com o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney, revelada pelo Estadão - que esse caminho será adotado, a desconfiança continua e segue impactando os ativos financeiros.

Essa deterioração se somou ao risco de mudanças na Lei das Estatais, patrocinada pelas lideranças do Centrão. Haddad também defendeu foco do futuro governo na política de crédito para o crescimento do País, mas ponderou que será feita com "responsabilidade fiscal".

Sem citar diretamente o BNDES ou o governo eleito, os alertas de Campos Neto foram feitos ontem durante a apresentação do último Relatório Trimestral de **Inflação** do ano.

A preocupação com o crédito subsidiado foi também incluída no documento, que traz um panorama completo do cenário econômico e do balanço de riscos para a **inflação**. Em um dos trechos, o BC fala que as projeções para **inflação** dependem de considerações

sobre a evolução das políticas fiscal e "parafiscal".

O presidente do BC ponderou que, se houver um aumento muito grande do crédito subsidiado, poderá ocorrer uma reversão desses dois ganhos obtidos nos últimos anos. **CONTAS PÚBLICAS**. O BC também renovou os alertas para o risco de a piora nas contas públicas e o aumento de gastos afetarem as expectativas da **inflação** e levarem o BC a subir novamente os juros. Hoje, a taxa básica, a Selic, está estacionada em 13,75% ao ano. Ele sinalizou que pode voltar a aumentar os juros caso o processo de desinflação não aconteça como esperado. Chamou atenção a informação dada pelo presidente do BC de que, nas suas projeções de **inflação** para tomar a decisão sobre juros, levou em consideração um teto de R\$ 130 bilhões de alta de gastos em 2023. O valor é menor do que os R\$ 168 bilhões da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que foi aprovada no Senado e que ainda precisa passar pelo crivo da Câmara. Na prática, a revelação do valor considerado pelo BC em suas projeções impõe uma espécie de saia-justa para o futuro governo.

Agenda Fernando Haddad defendeu foco do futuro governo na política de crédito para o crescimento

Lira adia votação da PEC da Transição na Câmara para terça-feira

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que a votação da Proposta de Emenda à Constituição da Transição ficará para a próxima terça-feira. O deputado também disse que o Orçamento de 2023 será analisado no dia seguinte, quarta-feira. Lira passou o dia de ontem em sucessivas reuniões com lideranças da Casa e petistas em busca de um entendimento em torno da PEC e afirmou que ainda não há consenso. O presidente da Câmara também disse que "ao contrário do que está sendo divulgado, esta presidência da Câmara não faz barganha", referindo-se a informações de negociações com petistas sobre cargos a aliados no novo governo. I DÉBORA ÁLVARES e IANDER PORCELLA, DE BRASÍLIA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Um balanço realista (Artigo)

Fabio Giambiagi Economista

C hega ao fim o governo de Jair Bolsonaro. O saldo final da sua gestão soa divorciado do ufanismo oficial. Quando se comparam as taxas de crescimento da renda per capita em diversos governos do País, assumindo um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 3% em 2022, conclui-se que teremos alcançado um crescimento médio anual de 0,7% no período 2019-2022. É melhor que o declínio absoluto observado nos oito anos anteriores, entre 2010 e 2018, mas nada de encher os olhos. Nove fora as oscilações, mantivemos o quadro de relativa estagnação econômica no qual mergulhamos depois de 2010. É inevitável lembrar a avaliação do ministro da Economia, Paulo Guedes, décadas atrás, acerca das peripécias de um antecessor no cargo, quando ele disse, em outro contexto, que, "quando se coloca um bom ministro num mau governo, quem mantém a reputação é o governo - e quem perde é o ministro". É difícil não concluir que se tratou de uma frase profética.

A rigor, se o governo Bolsonaro sai mal na foto na comparação com o passado, ele também não faz boa figura na comparação com o presente. É isso que mostram os outros números referentes ao crescimento médio do **PIB** nos quatro anos entre o ano-base de 2018 e 2022, em termos de taxas médias anuais, para países selecionados, abaixo de China (4,8%), Colômbia (3,4%), Índia (3,0%), Polônia (3,0%), Indonésia (2,9%), Coreia do Sul (2,0%), Chile (1,9%) e EUA (1,5%), todos eles acima de nossa média anual de 1,4%.

E, evidentemente, cabe sempre lembrar que estamos tratando aqui de um indicador agregado (**PIB**), que procura refletir de forma agregada o grau de bem-estar geral da sociedade, mas que a avaliação de um país vai muito além desse indicador. Se o desempenho econômico não foi brilhante, a verdade é que, com a **inflação** a caminho de ficar abaixo de 6% - quando em 12 meses tinha chegado a 12% -, com uma dívida bruta em relação ao **PIB** inferior à do final do governo anterior e com um crescimento de 3%, afirmar que a economia brasileira está devastada é simplesmente ridículo.

Por outro lado, olhando para o período de quatro anos e, principalmente, para a tragédia bíblica observada em todas as áreas tirando a economia (saúde, meio ambiente, educação, etc.), Bolsonaro tem todo o direito de pretender ser novamente candidato à

Presidência da República em 2026, mas a pergunta que cabe fazer é: após o resultado das políticas públicas em 2019/2022, revanche em nome do quê?

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
Um balanço realista

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira mostra faca a Lula - BERNARDO MELLO FRANCO

BERNARDO MELLO FRANCO

Arthur Lira é um aluno aplicado.

Aprendeu com Eduardo Cunha a sufocar a oposição e esmagar o governo até arrancar o que deseja. O chefe da Câmara encurralou Jair Bolsonaro, transformando-se num arremedo de primeiro-ministro. Nesta semana, apresentou a Lula seu cartão de visita.

O presidente eleito precisa abrir espaço no Orçamento para manter o Bolsa Família em R\$ 600 e reajustar o salário mínimo acima da inflação. Para cumprir as duas promessas, depende de uma emenda à Constituição que flexibilize o teto de gastos. A proposta, batizada de PEC da Transição, foi aprovada com folga no Senado. Ao chegar à Câmara, parou na barreira de Lira.

O deputado apresentou uma farta lista de pedidos. Depois de fazer campanha pela reeleição de Bolsonaro, quer abocanhar cargos de peso no governo Lula. Como ainda não houve acordo, a votação da PEC foi adiada para a semana que vem. O impasse travou a definição dos futuros ocupantes da Esplanada.

Lira já deixou claro que não vai se contentar com migalhas. Seu sonho de consumo é o Ministério da Saúde, palco de desmandos e malfeitorias no atual governo. Depois de sobreviver a figuras como Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga, a pasta estava reservada para Nísia Trindade, a respeitada presidente da Fiocruz. A escolha deveria ter sido oficializada na última terça-feira. Como noticiou o UOL, a pressão do presidente da Câmara convenceu Lula a suspender o anúncio.

Um eventual recuo seria desmoralizante para o petista. Ele passou a campanha criticando a má gestão da Saúde na pandemia. Eleito, abriria mão de uma indicação técnica para acomodar um apadrinhado do Centrão. Lula tem sido criticado, com justiça, pela demora a nomear mulheres para cargos relevantes. A indicação de Izolda Cela para a Educação parece ter subido no telhado. Preterir uma professora na Saúde equivaleria a dizer que a representatividade continuará em segundo plano.

Além de encostar a faca no pescoço do novo governo,

o Centrão quer forçar o Supremo a liberar o orçamento secreto. O deputado Elmar Nascimento já prometeu cortar verbas do Judiciário se o mecanismo for declarado inconstitucional. "Se tirar o nosso, a gente tira o deles", avisou. Lira escolheu o autor da ameaça para relatar a PEC da Transição. Cunha deve estar orgulhoso do pupilo.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Campos Neto defende juros de longo prazo sem subsídios



Política de juros. Campos Neto diz que a troca da TJLP pela TLP trouxe resultados positivos

FERNANDA TRISOTTO E RENAN MONTEIRO
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central (BC), defendeu ontem a manutenção de juros de longo prazo sem subsídios. Em entrevista coletiva de fim de ano, em Brasília, ele também elogiou a conversa que teve com Fernando Haddad, futuro ministro da Fazenda, e disse que é preciso "coordenação" entre as políticas monetária e fiscal.

-A diminuição do crédito subsidiado teve uma relevância grande na diminuição da taxa neutra e entendemos que tem um efeito também sobre a potência da política monetária. O alerta é que, se a gente voltar a ter uma massa de crédito subsidiado muito grande, podemos ter uma reversão desses dois fatores no sentido negativo - disse Campos Neto, ao ser perguntado sobre as críticas à Taxa de Longo Prazo (TLP).

A TLP substituiu, em 2018, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como indexador para contratos de longo prazo, uma das principais áreas de atuação do BNDES. Enquanto o valor da TJLP era fixado a cada trimestre pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - e muitas vezes ficava como uma das mais baixas do mercado, gerando uma espécie de subsídio nos financiamentos do banco público de fomento -, a TLP é calculada mensalmente com base na variação da **inflação** e dos rendimentos dos títulos do Tesouro.

A defesa da atual política de juros para financiamento de longo prazo ocorre dois dias após o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter indicado o

economista Aloizio Mercadante para a presidência do BNDES. Embora tenha defendido que os financiamentos públicos não devem ter subsídios, na semana passada Mercadante fez críticas à TLP e afirmou ser contra a visão de um BNDES "acanhado", "sem capacidade de financiamento ou impulso à indústria". Campos Neto, contudo, se recusou a comentar diretamente as falas de Mercadante: -A troca da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) pela TLP é você poder utilizar os instrumentos do banco público, mas sempre com uma taxa (de juros) que seja competitiva para que os subsídios não acarretem em fatores negativos.

Campos Neto disse que o almoço que teve na terça-feira com Haddad e seu futuro secretário-executivo, Gabriel Galípolo, foi relevante para discutir a coordenação da atuação do Executivo e BC: - Falamos sobre a importância da coordenação. Ele (Haddad) disse que concordava com quase todos os pontos, então foi uma ótima conversa. Espero continuar com uma conversa próxima, porque entendemos que é muito importante ter a coordenação entre a política fiscal e a monetária.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aprovada PEC que permite a Estados descumprirem limite da LRF

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira, por 423 votos a 13, proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a Estados e municípios descumprirem o limite de gastos com pessoal por dez anos para pagar o piso salarial dos enfermeiros, criado pelo Congresso pouco antes da eleição. A PEC foi ao Senado.

Hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) proíbe que Estados e municípios gastem com pessoal mais do que 60% de sua receita corrente líquida (RCL). Os atos que provoquem aumento de despesas acima disso são considerados nulos e quem descumprir esse teto é obrigado a cortar os gastos ou fica impedido de receber recursos ou empréstimos.

A PEC aprovada pela Câmara autoriza que as despesas com o pagamento do piso salarial de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras sejam excluídas do cálculo. No primeiro ano após a promulgação, elas seriam totalmente retiradas da conta.

No segundo ano, apenas 10% seriam contabilizadas. Haveria redução de 10 pontos percentuais por ano e só a partir do 11o ano esses gastos voltariam a ser considerados no limite da LRF.

Da forma como foi escrita a PEC, inclusive as atuais despesas com salários dos enfermeiros poderão ser excluídas desse limite.

Isso pode abrir espaço para que prefeitos e governadores aumentem os salários dos demais servidores com a "folga" criada.

A PEC ainda autoriza que o superávit financeiro dos fundos públicos do Executivo seja utilizado para transferir recursos a Estados e municípios entre 2023 e 2027 para bancar o piso salarial. Essas transferências não seriam contabilizadas no teto de gastos, regra que proíbe o crescimento das despesas do governo acima da **inflação**.

A proposta também determina que será responsabilidade da União transferir recursos para Estados, municípios e entidades filantrópicas que prestem mais de 60% de seus atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pagarem o piso salarial. Os valores e formato serão regulamentados

por projeto de lei e serão disponibilizados no Orçamento.

A PEC foi votada às pressas numa tentativa de atender a liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que suspendeu o piso salarial dizendo que não havia fonte de receita para pagá-lo. Por essa lei, enfermeiros receberiam no mínimo R\$ 4,7 mil, técnicos de enfermagem, R\$ 3,3 mil, e auxiliares e parteiras, R\$ 2,3 mil.

O custo, segundo cálculos do próprio Legislativo, é de pelo menos R\$ 16 bilhões por ano.

Além disso, a Câmara também aprovou, por 386 votos a 16, uma outra PEC, que prorroga por 50 anos os contratos de todas as lotéricas do país, inclusive aquelas que estão com os convênios sendo questionados judicialmente porque foram firmados sem licitação, antes das exigências estabelecidas pela Constituição de 1988. O texto segue para análise do Senado.

A proposta beneficia os agentes lotéricos que atuam sob o regime de permissão, que venceram licitações da Caixa Econômica Federal, ou de credenciamento, que estão com os contratos questionados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em ações judiciais. São cerca de 6 mil deste segundo tipo.

O governo Bolsonaro (PL) apoiou o texto e só pediu que fosse excluída a exclusividade na prestação de serviços da Caixa. (RDC e MR)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187410?page=1§ion=1>

PIB cai em 2023, com juros altos e inflação resistente (Editorial)

O comportamento da economia em 2023 estará sob o signo dos juros altos e da desaceleração do crescimento. O Banco Central, em seu relatório de **inflação** de dezembro, prevê um **PIB** 1% maior no ano que vem. Tudo isso pode mudar, se o governo eleito decidir estimular as atividades, na contramão do aperto da política monetária, cujos efeitos defasados se farão sentir plenamente nos próximos meses.

A economia se afastará um pouco mais de seu crescimento potencial com o torniquete dos juros. O BC estima que o hiato do produto, a diferença entre o que o **PIB** está crescendo e o que tem potencial para crescer, encerrará o ano em -1,1%, e a defasagem será maior no fim do próximo ano, -1,8%. A indústria não terá expansão em 2023, ao contrário do forte comportamento da agricultura (7%) e atrás dos 0,9% do setor de serviços. A expansão tímida será fruto, pelo lado da demanda, do avanço de 1,2% do consumo das famílias, com grande recuo em relação a 2022 (4,2%) e perda de ritmo da formação bruta de capital fixo, de 0,3% (ante 0,7% este ano).

Com a menor atividade econômica e elevado custo do dinheiro, o crédito terá um desempenho bem inferior ao de 2022, mas ainda assim positivo. A taxa nominal de aumento do crédito segue robusta, de 8,3% em doze meses, mas, descontada a **inflação**, aponta acenuadamente para baixo - 3,2%. Como a trajetória da **inflação** é de queda, os empréstimos poderão até avançar. O BC projeta aumento de 8,3% do crédito total e **inflação**, ao fim de 2023, de 5%.

O amortecimento econômico é resultado de uma taxa de juros real que atingiu seu valor máximo neste quarto trimestre, de 7,8%, estima o relatório. 2023 será diferente, mas não muito, com taxa real de 6,4% no fim do ano, o que sinaliza a resistência da **inflação** em se adequar às metas e taxa Selic ao redor de 11,5%. Em 2024 (5,1%) e 2025 (4,9%), o juro real ainda estará um pouco acima da taxa real neutra (a que nem estimula nem restringe o crescimento) de 4%, ou seja, a política monetária ainda será ligeiramente contracionista até lá.

O aumento da ociosidade da economia, forçada por juros elevados, levará ao esfriamento dos preços do setor de serviços, que evoluíram 7,95% nos doze meses encerrados em novembro, parte de um IPCA de 5,9% no período. No relatório, o BC fez exercícios

sobre a influência da inércia inflacionária no setor, que empurra os preços para cima, e da ociosidade, que os força para baixo. Nos doze meses até outubro, os preços de serviços mais sensíveis à ociosidade aumentaram 8,3%, abaixo dos mais sensíveis à inércia, que subiram 9,6%.

A evolução do IPCA de novembro mostra que os índices de difusão estão caindo, embora o recuo inflacionário siga muito dependente do encolhimento dos preços administrados, em especial gasolina, diesel, gás e, em menor proporção, energia elétrica. Ainda assim, os números do BC indicam que há um bom caminho até que o IPCA se aconchegue à meta de **inflação**. As chances de que o índice seja superior aos 4,75% do teto da meta de 3,25% em 2023 é de 57%. A média dos núcleos do IPCA, que expurgam de várias maneiras itens voláteis, continua perto dos dois dígitos, em 9,38%. Outra medida, o IPCA de serviços subjacentes, que elimina fatores temporários da alta de preços, é de 9,27%.

A evolução da política fiscal no próximo governo preocupa o BC. A situação é mais desconfortável do que indica a possibilidade de que o governo geral obtenha um superávit de 1,29% do **PIB**, projeção anterior à aprovação pelo Senado da PEC de transição. O relatório observa que esse resultado foi fortemente influenciado pelo pagamento de dividendos das estatais e por receitas advindas da exploração mineral (petróleo, principalmente). A exuberante posição das receitas estaduais esmoreceu. Os Estados, que acumularam R\$57 bilhões de superávit até julho, tiveram déficit de R\$ 4 bilhões no trimestre encerrado em outubro, em decorrência da redução das alíquotas de 1CMS de combustíveis, energia e telecomunicações.

As projeções de endividamento público pioraram muito, segundo apurado no Questionário Pré-Copom enviado aos participantes do boletim Focus. Em dezembro, 91% dos pesquisados apontaram piora da situação fiscal, com déficit primário de R\$ 130 bilhões em 2023, e elevação da dívida bruta do governo geral de 77% para 81 % do **PIB**, e da dívida líquida, de 58% para 62% do **PIB**. O BC faz um alerta sobre as receitas, que podem ter redução importante caso sejam aprovados projetos de lei que revisam a tabela do IR e os limites do Simples.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187410?page=6
§ion=2](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187410?page=6§ion=2)**

É importante 'pensar em trajetória de dívida', diz BC



Campos Neto: o BC considera em seu cenário o fim das desonerações de combustíveis e outros itens no fim deste ano

Larissa Garcia, Estevão Taiar e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a autoridade monetária considerou um gasto público de R\$ 130 bilhões acima do teto para o próximo ano e de R\$ 109 bilhões para 2024 em seu cenário para decidir a taxa básica de juros (Selic). Indicou, ainda, que este patamar teria efeito neutro de expansão de despesas em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**).

O número usado pelo BC é uma mediana das projeções de economistas consultados no questionário pré-reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), enviado a analistas de mercado em 24 de novembro. As respostas são subsídio para a decisão de política monetária do colegiado.

Sobre a PEC da Transição, que pretende ampliar despesas fora do teto de gastos, Campos disse achar importante "pensar em trajetória de dívida". "A gente está vendo um componente [fiscal], mas, primeiro que não foi aprovada ainda e, segundo, que tem outros componentes que precisam ser analisados. A parte de receita, vai voltar a desoneração ou não vai? O BC não tem como trabalhar com projeto que ainda não foi aprovado e que a gente ainda nem sabe quais são as implicações e o que vem junto com o projeto", disse em entrevista coletiva para apresentação do Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI).

"O que a gente faz nas nossas projeções é usar o número do QPC [questionário pré-Copom], que indica R\$ 130 bilhões de estouro do teto, e a gente vai usar o que sair do projeto como uma variável, entendendo

que não é só a parte de despesa, entendemos que virão outras coisas junto com a PEC [da Transição]. O BC deveria falar o mínimo de fiscal, a gente usa porque influencia o canal de expectativas."

Campos ressaltou que a autoridade não faz o cálculo, mas que analistas de mercado estimam que algo entre de R\$ 130 bilhões e R\$ 140 bilhões tenha impacto neutro nas despesas. Além disso, ele afirmou que o BC considera em seu cenário o fim das desonerações de combustíveis e outros itens no fim deste ano.

"Eu tenho lido os analistas dizendo que alguma coisa entre R\$ 130 bilhões, R\$ 140 bilhões é o que faria o gasto ficar estável [em relação ao **PIB**], Lembrando que essa métrica sempre tem o problema da ciclicidade, que é quando o **PIB** cai muito e o governo precisa fazer uma ação contracíclica, que é gastar mais. Então se amarra o seu gasto sempre constante em relação ao **PIB**, o que acontece quando cai muito e quando precisa fazer a política contracíclica?", argumentou.

Campos reforçou, ainda, que a curva de juros está mais volátil no mundo todo, mas, no Brasil, o processo eleitoral acentuou esse movimento. Segundo ele, a autoridade monetária está "vigilante" e que precisa de tempo para observar os efeitos dessa dinâmica.

"É difícil falar de um dado tão volátil [curva de juros], mas a gente entende que tem sensibilidade fiscal e o mercado reagiu não só removendo as quedas, como inserindo algumas altas. A gente segue vigilante olhando isso, o que importa para o BC é o impacto disso pelo canal de expectativas, a gente precisa de um tempo para observar", frisou.

"Tivemos volatilidade grande de juros em vários lugares, no Brasil tivemos atenuante que foi o processo eleitoral, mais recentemente vimos um aumento do prêmio de risco por maior sensibilidade ao fiscal, em outros países também, mas no Brasil foi mais acentuada", completou.

O relatório apontou probabilidade de 100% de a **inflação** terminar este ano acima do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais e para menos. Dessa forma, o índice de preços pode chegar ao máximo de 5%.

A projeção central do BC para a **inflação** de 2022 é de 6%. No pior cenário, segundo o documento, poderia chegar a 6,2% e, no pior, a 5,8%. Para 2023, a chance de a **inflação** ficar abaixo do piso é 1% e a de ficar acima do teto é 57%. Para 2024, 14% de ficar abaixo e 14% de ficar acima. Para 2025, 17% de ficar abaixo e 11% de ficar acima. Além disso, o BC espera alta de preços de 0,7% para dezembro, 0,82% para janeiro e 0,88% para fevereiro. Assim, a estimativa é de **inflação** de 6,16% nos 12 meses até fevereiro. A projeção é de 5% para 2025, de 3% para 2023 e de 2,8% para 2025.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20221215/>